



Recessão e pandemia: a crise consumada

Boletim N° 63 | Dezembro de 2020
Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura

Sumário

Apresentação.....	1
1. Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo.....	2
2. Política Monetária e Inflação.....	7
3. Empregos e Salários.....	9
4. Política Econômica, por Fabrício Oliveira	11
Anexo Estatístico.....	13





Apresentação

O Boletim de Conjuntura em Economia da Ufes chega a sua 63ª edição no final de 2020. Seu formato segue a mesma estrutura da edição anterior, com quatro seções, a primeira com a análise do nível de atividade, política fiscal e setor externo, a segunda sobre a política monetária e inflação e a terceira tratando do mercado de trabalho. Completa o texto, a tradicional análise do economista Fabrício Oliveira, fazendo um balanço da política econômica no ano. Um anexo estatístico fecha o boletim.

Neste turbulento 2020, como não poderia ser diferente, os efeitos da pandemia de Covid-19, e das políticas sanitárias que visaram combatê-la, deram a tônica dos textos. Não é possível dizer, entretanto, que a crise que aparece em todos os indicadores econômicos e sociais seja propriamente causada pela pandemia. A economia nacional já andava de lado há pelo menos 4 anos, com taxas pífias de crescimento do produto e dificuldades de geração de emprego.

A catástrofe atual, desta forma, se sobrepôs a uma situação que já era preocupante. Em síntese é isso que aparece nas análises que seguem. A queda acumulada no PIB de janeiro a outubro de 2020 que atingiu 5%, com suas consequências tanto nas contas públicas quanto no mercado de trabalho, deixa a economia ainda mais longe da tão propagada recuperação. A manutenção de baixos índices de investimento reforça esta percepção.

Por sua vez, a inflação que se mantinha muito baixa, em face da estagnação econômica, dá sinais de alta, como resultado principalmente da depreciação cambial. Enquanto isso, o desemprego aumenta e milhares de pessoas são excluídas do mercado de trabalho por não conseguirem sequer procurar uma nova ocupação. Em sua maior parte, estas pessoas são exatamente aquelas que se encontravam nas ocupações mais precárias, as primeiras atingidas pela pandemia.

A despeito do respiro percebido nos últimos meses, o cenário não é dos melhores e, infelizmente, como aponta a análise de Fabrício Oliveira sobre a política econômica do governo Bolsonaro, o futuro próximo tampouco parece muito promissor.

Nós, professores e estudantes do Grupo de Conjuntura, convidamos a todas e todos para a leitura dos textos produzidos para a presente edição.

Boa leitura!
Grupo de Conjuntura



1. Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Em nosso boletim anterior, a partir de uma análise sobre o desempenho geral da economia brasileira desde 2015, concluiu-se que esta já se encontrava combalida e apresentava fortes tendências recessivas quando foi atingida pela pandemia de Covid-19. Agora, nossa análise se concentra nos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira até o momento, num país que se tornou referência mundial em função de sua inépcia em lidar com a atual emergência sanitária, que já fez mais de 177 mil vítimas fatais, número provavelmente subestimado.

De acordo com a revisão recém-divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 o Produto Interno Bruto do país – PIB, cresceu 1,4% e, em 2020, no acumulado de janeiro a outubro, recuou 5% (gráfico 1.1). Nos dois primeiros trimestres deste ano, os resultados foram, respectivamente, contrações de 1,5% e de 9,6%. Partindo dessa situação calamitosa, o crescimento registrado no terceiro trimestre deste ano, 7,7%, foi insuficiente para compensar as retrações anteriores, deixando o resultado acumulado nos três trimestres inferior às expectativas anunciadas pelo Banco Central e por boa parte das consultorias privadas.

Analisando o PIB pela ótica da demanda (gráfico 1.1), e considerando sempre a comparação entre um trimestre e aquele imediatamente anterior, o consumo das famílias recuou, respectivamente, 2,0% e 11,3%, nos dois primeiros trimestres de 2020, e cresceu 7,6% no terceiro trimestre. Nesse mesmo período, a oscilação dos gastos do governo foi, respectivamente, de -0,5%, -7,7%, e 3,5%. Já a formação bruta de capital, que indica a taxa de investimento do país, cresceu 2,4% no primeiro trimestre, recuou 16,5% no segundo, e se elevou 11% no terceiro. Por fim, as importações apresentaram recuos de 0,5%, 12,4% e 9,6%, respectivamente, e as exportações tiveram queda de 1,9% no primeiro trimestre de 2020, expansão de 1,6% no segundo, e nova queda de 2,1% no terceiro. Convém lembrar que, em 2019, o consumo das famílias representou 64,9% do PIB brasileiro e que, sem o minguado e moroso auxílio-emergencial do governo federal, o consumo das famílias teria sido afetado de modo muito mais drástico, o que levanta grande preocupação diante da redução de seu valor e da perspectiva de sua suspensão.

Caso se tome o PIB pela ótica da produção (gráficos 1.2 e 1.3), vê-se que a agropecuária cresceu 2,9% no primeiro trimestre de 2020, mas depois perdeu fôlego e recuou 0,2% e 0,5% nos dois trimestres seguintes, respectivamente. A indústria, em termos agregados, recuou 0,9% e 13,0% nos dois primeiros trimestres do ano e expandiu em 14,8% no terceiro, com destaque para a indústria de transformação, que cresceu 23,7% neste trimestre, porém depois de sofrer uma queda de 19,1% no trimestre imediatamente anterior, o que fez o resultado do setor retornar ao mesmo patamar do primeiro trimestre. Também em termos agregados, por sua vez, o setor de serviços teve retração de 1,5% e 9,4% nos dois primeiros trimestres de 2020, e cresceu 6,3% no terceiro trimestre deste ano.

Ainda no que tange à análise da produção industrial, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF), no acumulado do ano, de janeiro até setembro de 2020 (último dado disponível até o momento), houve queda da produção em 12 dos 15 locais pesquisados, sendo que o maior recuo ocorreu no Espírito Santo (-18%). Por outro lado, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) da indústria de transformação, medida pela Confederação Nacional da Indústria



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

(CNI), alcançou 79,4%, após ajuste sazonal, em setembro. O percentual é o maior desde abril de 2015.

Chama a atenção outro dado divulgado pela CNI, com base em sondagem feita no mês de novembro, de que 68% das indústrias pesquisadas encontraram problemas para adquirir matérias-primas no mercado brasileiro no mês de outubro, indicando que a crise sanitária ocasionou também uma redução de estoques e desorganização produtiva. Isso explica, ao menos em parte, a referida elevação da capacidade industrial utilizada.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o volume de serviços em setembro de 2020 avançou 1,8% em comparação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Isso evidencia a quarta taxa positiva seguida, gerando um acumulado de 13,4%. Esse avanço é acompanhado pela elevação de 2,0% nos serviços de informações e comunicação, em setembro. No entanto, na série interanual, o total de volume de serviços teve um recuo significativo de 7,2% em setembro de 2020. No acumulado do ano, o volume de serviços também evidenciou queda, nesse caso, de 8,8% na comparação interanual (gráfico 1.3).

Quanto ao comércio varejista, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, este apresentou um acréscimo de 0,6% em comparação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal. Esse acréscimo é a quinta variação positiva consecutiva analisada desde maio de 2020. Já o volume de vendas do comércio varejista ampliado teve um aumento de 1,2% em comparação ao mês imediatamente anterior. O acumulado nos últimos 12 meses evidencia um aumento no ritmo de vendas pelo terceiro mês consecutivo, alcançando 0,9% em setembro. O comércio varejista ampliado, utilizando a base interanual, apresentou um aumento de 7,4%.

No que tange o setor externo, o saldo da balança comercial, que registra a diferença entre exportações e importações de mercadorias, isto é, bens tangíveis, segundo os dados apresentados pelo Ministério da Economia, apresentou variação positiva de 27,8% (tabela 1.1). No entanto, tal resultado deve ser analisado com cautela. Explica-se: as exportações caíram 7,8% de janeiro a outubro de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado, mas as importações apresentaram queda ainda maior, de 15,1% na mesma base de comparação. Foi essa a principal causa da redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos (BPM), que nesse mesmo período totalizou US\$ -7,58 bilhões, uma queda de 82,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

A conta de serviços do Balanço de Pagamentos registrou queda no déficit de 41,7% de janeiro a outubro de 2020, comparativamente ao ano passado, fechando o período com saldo de US\$ -17,04 bilhões (tabela 1.1). Dentro dessa conta, deve-se destacar os subgrupos Viagens e Aluguel de Equipamentos, que tiveram uma redução no déficit de 78,3% e 17,7%, respectivamente. Tais resultados foram fortemente impactados pela crise econômica ocasionada pela pandemia de Covid-19. O primeiro, pela restrição à movimentação de pessoas e, o segundo, pela drástica redução das expectativas e dos investimentos, uma vez que a rubrica relaciona-se à entrada, no país, de equipamentos pesados e tecnologias, principalmente, entre matrizes, no exterior, e suas filiais, no Brasil.

É importante notar que a melhora nos resultados do Balanço de Pagamentos ocorreu não devido a um aumento das receitas ou aquecimento da economia. Pelo contrário, como se vê, tal



melhora se deve à queda das despesas e à queda das importações, reflexo da grave crise econômica global que reforçou as tendências recessivas que assolam o país desde 2015.

A Conta Financeira, de acordo com as regras metodológicas internacionais, registra as concessões (+) e captações (-) líquidas de dólares. Na somatória dos meses de janeiro a outubro de 2020, comparados ao mesmo período de 2019, as captações líquidas na Conta Financeira reduziram-se de US\$ -45,7 bilhões para US\$ -7 bilhões, variação de -84,6%, no fluxo de entrada de recursos financeiros para o país (tabela 1.1). Analisando as subcontas da Conta Financeira, o Investimento Direto, contraditoriamente, acusou elevação de 18,5%, atingindo US\$ -46,7 bilhões (o sinal negativo indica captação de recursos). Este resultado pode ser explicado pela repatriação de investimento de residentes, que mais do que compensou a redução do investimento de não-residentes. Já as concessões líquidas em Investimento em Carteira, passaram de US\$ 17 bilhões para US\$ 28,3 bilhões, enquanto os derivativos não apresentaram mudança significativa no período. Na rubrica, Outros Investimentos, há uma inversão dos fluxos de captações para concessões em US\$ 17,8 bilhões, grande parte devida a empréstimos realizados no exterior. Os ativos de reserva, os quais compõem as movimentações da autoridade monetária, registraram captação líquida de US\$ -12,2 bilhões (sinal negativo indica fluxo de entrada no Brasil), o que sugere movimentos de intervenções governamentais no câmbio.

Em relação à Posição Internacional de Investimentos, PII, rubrica que registra o saldo de ativos e passivos financeiros do país com o exterior, vale destacar que as bases de dados são unicamente trimestrais. Os ativos são compostos, em sua maioria, pelos Investimentos Diretos no Exterior, que representaram 45% do total no segundo trimestre de 2020, e pelos Ativos de Reserva, representando 40% (gráfico 1.5). Cabe destacar que a variação dos ativos de reserva, no período compreendido entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020, foi de -10%, o que significa uma redução de quase US\$40 bilhões no saldo das reservas internacionais do país. Grande parte deste volume foi utilizado em 2019 para tentar controlar a elevação da taxa de câmbio. Por sua vez, os passivos são compostos, na maioria, pelos Investimentos Diretos no País, representando 52,5% do total, e pelos Investimentos em Carteira, representando 30,1% no segundo trimestre de 2020. No saldo de passivos e ativos, a PII fechou o segundo trimestre de 2020 em US\$ -393,3 bilhões, uma queda de 43% quando comparado ao ano anterior para o mesmo período.

No que tange ao câmbio, o hiato financeiro, que é o somatório das intervenções líquidas do banco central e a variação dos ativos de bancos no exterior, verificou-se déficit da ordem de US\$ 49,3 bilhões no mercado cambial entre outubro de 2019 e setembro de 2020 (gráfico 1.4). A taxa de câmbio nominal do dólar americano se desvalorizou 30,3% de janeiro a setembro de 2020, depois de se desvalorizar 9,8% de janeiro a dezembro de 2019. O câmbio real, pela cesta de 14 moedas, desvalorizou-se 6,3% de outubro de 2019 a setembro de 2020.

As contas do Governo Central também sofreram os efeitos da pandemia. Com déficit primário de 76,2% em setembro, o resultado primário acumulado neste ano alcançou um déficit de R\$ 677,4 bilhões, divididos em Tesouro Nacional (R\$ 434,2 bilhões), Banco Central (R\$ 0,5 bilhão) e Previdência Social (R\$ 242,7 bilhões) (tabela 1.3). Concorreram para o resultado as quedas de receitas do governo nesse período do ano, como foram os casos da redução da arrecadação de todos os impostos discriminados pelo Tesouro Nacional (-13,7%) e na redução das contribuições



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

para o Regime Geral de Previdência Social (-11,5%), por conta do aumento do desemprego e redução da massa salarial. Além disso, observou-se também redução de outras receitas que não são administradas pela Receita Federal (-13,2%), grupo em que se enquadram as receitas de Dividendos e de Dívida Ativa não-tributária

O aumento do desemprego impactou no crescimento das despesas relativas a benefícios previdenciários, variação de 8,3%, quando comparadas ao mesmo período de 2019. Observa-se também um grande crescimento das despesas obrigatórias, com variação real de 284,6% (tabela 1.3). Uma grande parte dessa variação é devido a créditos extraordinários, primariamente ligados às políticas estabelecidas para combater os impactos econômicos da COVID-19. Apenas entre os meses de fevereiro e setembro, foram gastos R\$ 440,0 bilhões, com destaque para os gastos de R\$ 236,9 bilhões em auxílio emergencial, R\$ 52,4 bilhões em despesas adicionais para o ministério da saúde, e R\$ 74,5 bilhões em concessões para os Estados e Municípios. Assim como em outros setores, a crise da pandemia reverberou fortemente no Setor Público Consolidado, com os gastos realizados com programas governamentais que devem custar em torno de R\$ 376 bilhões em 2020.

Em relação a Dívida Líquida do Setor Público, dados relativos ao mês de outubro mostram que ela atingiu 61,2% do PIB, sendo o maior patamar registrado em um mês desde 2002. A partir disso, pode ser observado o impacto do déficit primário, que alcançou a cifra de R\$ 677,4 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2020 (tabela 1.3). Porém, ela se apresenta de forma mais amena que a dívida bruta, visto que esta considera as reservas internacionais, que estão por volta de US\$ 356 bilhões.

Já a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que abrange todos os débitos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, subiu para 90,7% do PIB (tabela 1.4), atingindo a cifra de R\$ 6,5 trilhões (tabela 1.2). No acumulado do ano, o total dos gastos adicionais deve ultrapassar R\$ 600 bilhões, sendo em parte financiado com a emissão de nova dívida. Provavelmente a situação não será tão diferente em 2021, e os gastos estatais deverão ultrapassar o teto de gastos.

No âmbito da política fiscal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 prevê resultado primário do setor público consolidado deficitário em R\$ 237,3 bilhões para o próximo ano, representando 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB). O limite do Teto de Gastos é estimado em R\$ 1,48 trilhão para 2021, considerando o teto deste ano. Em relação à “Regra de Ouro”, o texto prevê a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital na quantia de R\$453,7 bilhões, sendo o total das Receitas em operação de Crédito avaliadas em R\$ 2,43 trilhões e o total das despesas de capital, R\$ 1,98 trilhões. Essas previsões levam em conta uma projeção francamente otimista para os parâmetros macroeconômicos em 2021. Assim, o governo estima, para o próximo ano, um crescimento do PIB de 3,2%, projetando um PIB nominal de R\$ 7,66 trilhões e uma receita total de R\$ 1,56 trilhão.

Diante da análise apresentada, percebe-se que a grave crise sanitária causada pela Covid-19 e seus efeitos sobre a atividade econômica somaram-se ao cenário de desaceleração da economia que se arrastava já desde 2015. Em consequência, o primeiro semestre de 2020 foi marcado por uma queda profunda no nível da atividade econômica geral. Assim, mesmo com a reação do PIB apresentada no terceiro trimestre, por partir de uma base bastante baixa, não foi suficiente para



Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

conter a forte queda deste agregado macroeconômico no acumulado de janeiro a setembro deste ano. E tampouco para alimentar expectativas positivas para o próximo período, entre outros motivos, devido à grave situação em que se encontram os setores da Indústria e dos Serviços e aos baixos níveis de formação bruta de capitais. Esta última apresentou queda de 5,5% no acumulado de 2020, de janeiro a setembro, o que expressa um baixo nível de investimentos, pois, no terceiro trimestre de 2020, o indicador atingiu a casa de 16,2% do PIB, quase o mesmo volume de investimentos registrado no mesmo período de 2019 (16,3%). Deve-se levar em conta que, seguramente, essa situação não será revertida por meio de investimentos por parte do governo, pois, a despeito das medidas emergenciais mencionadas há pouco, tomadas a contragosto e com atrasos, este encontra-se preso à camisa de forças do teto dos gastos, ao dogma da austeridade fiscal, e à sanha privatista.



2. Política Monetária e Inflação

Decorrido alguns meses desde o início da pandemia da Covid-19, observamos que os seus efeitos já são sentidos nos diversos setores da economia. Ao longo desta seção do boletim, analisamos os indicadores da política monetária e da inflação, mostrando o comportamento da inflação, do crédito e dos meios de pagamentos, que indicam a elevação do custo de vida da população e a incerteza quanto aos rumos da atividade econômica.

A primeira variável a destacar é o comportamento do índice de inflação, que continua apresentando resultados típicos de uma economia estagnada, porém, com certa aceleração do índice. Mesmo com os incentivos de liquidez promovidos pelo Banco Central (Bacen), com destaque para as Medidas de combate aos efeitos da Covid 19, que montam em 2,5 bilhões de reais e a taxa selic em 2% (menor patamar da história), houve aceleração da inflação, que começa a ser sentida desde julho de 2020, quando o indicador muda de sinal, interrompendo a trajetória de queda assumida desde março de 2020. (Gráfico 2.29) A aceleração do índice de inflação não parece ser fruto de um aquecimento do mercado interno. Isso porque, a Intenção de Consumo das Famílias, medida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registrou no mesmo período patamares historicamente baixos. Ao contrário, a inflação parece ter acelerado tanto por conta da elevação das exportações, resultante, em certa medida, da desvalorização do real frente ao dólar, cujo efeito é o declínio da oferta interna; quanto da elevação dos preços, em reais, das commodities e dos insumos industriais, que compõem parte dos preços das mercadorias internas.

Feito o panorama do comportamento inflacionário do país em 2020, um outro ângulo de análise do comportamento da política monetária de uma economia é o mercado de crédito. O crédito, que está sendo uma variável de grande destaque no momento de crise, teve algumas notáveis mudanças. A começar pelo aumento nas concessões de crédito às pessoas físicas, algo que em determinados momentos indicaria uma retomada no nível de investimento dentro da economia brasileira. No entanto, no atual momento de incerteza econômica, em função da pandemia, essa expansão do crédito foi impulsionada, de maneira expressiva, pelo aumento da concessão do capital de giro, que teve uma variação de +15% só no último trimestre (jul - set) e acumula no ano uma alta de 45,4%. Esse dado indica que o crédito está sendo utilizado principalmente como fôlego para as empresas que estão tentando manter as contas em dia e, assim, não abrirem falência no momento de crise. Essa expansão, que se inicia de forma acentuada a partir de março, coincide com o início do movimento de aumento da captação do capital de giro. Sendo assim, não há indícios claros de que está acontecendo uma aceleração no mercado interno, mostrando que a economia brasileira ainda carece de uma expansão expressiva de investimentos. Ainda sobre o crédito, cabe ressaltar um movimento de queda nos últimos seis meses das taxas médias de aplicação (juros sobre empréstimos e financiamento), que caíram de 21,5% (abril) para 18,1% (setembro) e do spread bancário (diferença entre taxa média de captação e aplicação bancária) que caiu de 17,2% (abril) para 14,3% (setembro), acompanhados de uma queda menor da taxa de captação dos bancos, que caiu de 4,3% (abril) para 3,8% (setembro). (Gráficos 2.19; 2.20; 2.21)

Ao fazermos a análise dos meios de pagamentos, conseguimos ter uma noção mais aprofundada das práticas governamentais, seja para expansão de liquidez na economia, seja para o



combate da crise. A base monetária, que é composta pelo papel-moeda emitido mais as reservas bancárias, ascende a partir de abril de 2020, sendo puxada pela emissão do papel moeda, e fecha setembro de 2020 com um saldo total de R\$ 408,7 bilhões, sendo um crescimento de 45,4% em relação ao mesmo período de 2019, que acumulou no ano um saldo de R\$ 281,1 bilhões, dado que evidencia o efeito do auxílio emergencial.

As contas que mais afetaram a base monetária no período entre janeiro a setembro de 2020 foram essas: a Conta do Tesouro Nacional, destacando o aumento dos gastos do governo que contribuíram com a criação de R\$ 652 bilhões; as operações com Títulos Públicos, em que o movimento de compras e vendas de títulos e financiamentos tomados ou concedidos pelo BC, com lastro em títulos do Tesouro Nacional, destruiu R\$ 633,2 bilhões; e “operações do setor externo”, no qual o saldo das operações cambiais destruiu R\$ 95 bilhões. No mesmo período de 2019, o movimento destas contas apresentou diferenças. Enquanto a conta “operações com títulos públicos” criou R\$ 39,3 bilhões, a “conta do tesouro nacional” destruiu R\$ 46,2 bilhões e a conta “operações do setor externo” destruiu R\$ 46,8 bilhões. Essa mudança de sentido pode ser explicada pela expansão dos gastos do governo ocasionada pela pandemia. Tal expansão envolveu a liberação de gastos emergenciais, tais como o pagamento da primeira parcela do auxílio emergencial, que aconteceu em abril de 2020, compras de medicamentos e demais gastos no setor de saúde voltados para o combate aos efeitos econômicos da Covid-19. O aumento deste gasto é registrado na “conta do tesouro nacional”, que, por isso, cresceu de maneira expressiva, tendo seu ápice no mês de junho, com uma variação de 760% em relação ao saldo do mês anterior. (Gráfico 2.26)

A partir de março de 2020, os depósitos de poupança e títulos privados do Sistema Financeiro Nacional ascendem, e sua proporção em relação ao total dos meios de pagamentos, aumentam 2,5 p.p. Algumas das possíveis causas desse aumento dos depósitos na poupança, mesmo com sua baixa rentabilidade, são a preferência pela liquidez, devido à incerteza causada pelo novo coronavírus, e o pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado diretamente na poupança da Caixa Econômica Federal.

Por fim, o comportamento dos indicadores de política monetária e inflação, acima analisados, apontam tanto para o aumento do custo de vida da população quanto para a incerteza sobre os rumos da atividade econômica. O que sugere um aumento da vulnerabilidade econômica das populações mais pobres e o declínio econômico das camadas médias, cujo resultado pode ser a elevação da desigualdade econômica para patamares ainda mais alarmantes, contribuindo para o esgarçamento de um tecido social que já está tensionado pelos efeitos da pandemia – com especial atenção para os mais de 170 mil mortos.



3. Empregos e Salários

Do ponto de vista do mercado de trabalho, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua¹ (Pnad-Contínua) do segundo trimestre de 2020 apontam para os impactos do auge da crise sanitária, causada pela pandemia da Covid-19 sobre o emprego. Embora esses efeitos ainda não tenham se manifestado com tanta proeminência sobre a população desocupada, é possível vê-los em outros indicadores. O principal deles é a queda da população na força de trabalho (FT). Outro dado que se destaca é a queda da informalidade que, embora pareça um resultado positivo, na realidade expõe uma condição de vulnerabilidade de milhões de trabalhadores, já que, na ausência de garantias, foram os primeiros a perderem seus postos de trabalho em decorrência dos efeitos das medidas de isolamento.

Na comparação entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, a redução da FT foi de 8,5% (gráfico 3.1). Essa redução - a maior nos últimos cinco anos - demonstra a ocorrência de uma situação atípica decorrente da pandemia do coronavírus, que atingiu seu auge durante o 2º trimestre de 2020. Os dados demonstram um movimento de saída da força de trabalho, pois a população fora da força de trabalho (PFFT) apresentou um crescimento de 15% no mesmo período, chegando ao valor recorde de 77,7 milhões de pessoas (gráfico 3.2). Isso significa que uma parcela da população perdeu sua ocupação e não teve condições sequer de procurar uma nova colocação no mercado de trabalho, o que fica claro na retração da população ocupada na ordem de 9,6% para o mesmo período (gráfico 3.3).

Dentre os ocupados, os trabalhadores informais² foram os que mais sentiram os efeitos da crise. Enquanto as ocupações formais tiveram uma redução de 5,8% entre os dois primeiros trimestres do ano, as ocupações informais caíram 13,3%, o que explica a redução da taxa de informalidade no mercado de trabalho. No 2º trimestre de 2019, os trabalhadores informais totalizavam o elevado contingente de 44,7 milhões de pessoas. No 2º trimestre de 2020 esse número diminuiu para 37,9 milhões (gráfico 3.4). O que explica essa redução é que o momento de crise favoreceu a perda das ocupações mais frágeis que não possuem acesso aos direitos garantidos pelas leis trabalhistas e, em contexto de isolamento social, não puderam manter suas atividades.

A comparação entre o 1º trimestre de 2020 e o 2º trimestre do mesmo ano (tabela 3.1) - auge da pandemia - permite verificar que os trabalhadores domésticos sem carteira assinada absorveram grande parte dos impactos da crise relacionados ao trabalho informal e, novamente, tiveram a maior variação (-23,7%). Nesse contexto, os empregados no setor privado sem carteira assinada também sofreram tais impactos, visto que foram afetados por uma redução de 21,6% no mesmo período. As consequências da falta de garantias do emprego informal são explicitadas na comparação com os empregados do setor privado com carteira. Esses últimos também obtiveram uma redução (-8,8%) no intervalo do 1º e 2º trimestre deste ano. No entanto, a queda foi menos acentuada uma vez que parte desses trabalhadores tiveram seus empregos garantidos nos termos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

¹ A PNAD Contínua é realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e visa a produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País.

² A informalidade ampla é composta pelos empregados no setor privado sem carteira assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada, empregado no setor público sem carteira, conta própria e trabalhador familiar auxiliar.



Essa condição de precariedade do mercado de trabalho brasileiro em meio à pandemia se expressa também no aumento de outro indicador, a força de trabalho potencial (FTP) (gráfico 3.5), que são as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Esse indicador aumentou 63,1% na comparação entre 1º e o 2º trimestre de 2020. Dentro desse grupo, é possível destacar o aumento do desalento, pessoas que desistiram, por inúmeras razões, de procurar trabalho. No auge da pandemia, 2º trimestre de 2020, esse número chegou a 5,6 milhões de pessoas.

Os números indicam que os graves efeitos da pandemia do coronavírus sobre o mercado de trabalho brasileiro ainda não resultaram em uma explosão do número de desocupados. Ainda assim, entre o 1º e o 2º trimestre de 2020 a taxa de desocupação apresentou um crescimento de 1,1 p.p., saindo de 12,2% para 13,3% (gráfico 3.6). Esse resultado trimestral, em termos percentuais, é o pior registrado quando comparado com os 2º trimestres dos últimos cinco anos. Em termos absolutos, o contingente de desocupados no 2º trimestre de 2020 é de 12,7 milhões (gráfico 3.7). Conforme as medidas de isolamento social estão sendo flexibilizadas, a população tende a voltar à procura de emprego, fazendo com que a taxa de desocupação aumente. É isso que mostram os dados da PNAD-C, em sua versão mensal, para o trimestre móvel encerrado em agosto, em que a taxa de desocupação chegou a um patamar recorde de 14,4%, o que representa 13,8 milhões de pessoas à procura de uma ocupação.

Ficam claros que os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho foram a queda da população ocupada e o aumento da força de trabalho potencial. A queda da população ocupada acabou se refletindo na redução da informalidade, o que não representa uma melhora qualitativa das ocupações, mas retrata que esses trabalhadores são mais afetados em períodos de crise já que não possuem seus direitos trabalhistas garantidos e não conseguiram, sequer, manter suas atividades. Já o aumento da força de trabalho potencial significa que o país possui um contingente de 13,5 milhões de pessoas com potencial de se transformarem em força de trabalho, mas que não encontram as condições sociais e econômicas para isso.



4. A pandemia da Covid-19 e as perspectivas para 2021

Fabício Augusto de Oliveira³

Diante das previsões do segundo trimestre de que o tombo do PIB poderia chegar a 10% neste ano, as últimas projeções divulgadas pelo governo e pelo mercado, que apontam para uma queda de 4,5%, podem ser consideradas auspiciosas. Este resultado pode até entrar para a história econômica brasileira como o ano em que o Brasil conheceu a maior retração do produto, já que superior ao de 1990 que ostentava essa posição, quando se registrou um recuo de 4,35% do PIB. Mas, considerando a tragédia que se anunciou com a paralisação forçada da atividade econômica causada pela crise do novo coronavírus, o resultado do PIB deve ser saudado como uma vitória do ponto de vista estritamente econômico.

Apesar do descaso com que o governo federal enfrentou a pandemia, optando por insistir no retorno ao trabalho da população para proteger a economia, mesmo com o sacrifício de vidas humanas, uma série de fatores contribuiu para mitigar os efeitos dessa crise: i) o funcionamento das atividades consideradas essenciais, caso dos serviços de saúde, de transportes, de alguns setores do comércio (supermercados, padarias, farmácias, venda de combustíveis), do agronegócio e de alguns setores industriais; ii) a criatividade dos pequenos negócios que, com a paralisação das operações de compra e venda de produtos, buscou alternativas por meio da internet e das entregas a domicílio (delivery), visando conseguir algum oxigênio para continuar respirando; iii) a importância que assumiu o teletrabalho neste quadro, mantendo muitas atividades em funcionamento; iv) o auxílio emergencial de R\$ 600 aprovado no Congresso, contra a proposta inicial do governo de R\$ 200, que beneficiou uma população de 60 milhões de trabalhadores, permitindo-lhes manter aquecida a demanda principalmente para os produtos essenciais, dando, assim, alguma força para mitigar a recessão anunciada.

Isso não foi suficiente, contudo, para evitar o recuo de 1,5% do PIB no primeiro trimestre do ano ante o quarto trimestre de 2019 e de 9,6% no segundo trimestre, mas apenas contribuiu para amenizar o processo. Tirante o auxílio emergencial que praticamente terminou sendo imposto pelo Congresso para proteger e salvar principalmente a população informal que ficou desamparada com a paralisação das atividades econômicas, a equipe econômica do governo não conseguiu articular nenhum plano de enfrentamento dessa situação, a não ser a de explorá-la para, inicialmente, justificar a necessidade de acelerar a aprovação das propostas de reforma que se encontravam sob análise no Congresso Nacional – a tributária, a administrativa, a emergencial e a do pacto federativo –, como se, com elas, fosse possível domar o vírus.

Programas e esquemas amadores de oferta de crédito elaborados pela equipe econômica do ministro Paulo Guedes para as micro, pequenas e médias empresas, cujos problemas só foram corrigidos, e mesmo assim parcialmente, depois de se constatar que o dinheiro não chegava a quem dele mais precisava para manter minimamente seus negócios. Neste caso, o governo não se dispunha nem em conceder aval para os empréstimos, realizados pelos bancos, nem em oferecer algum tipo de subsídio ou proteção para quem o tomava, por seu exagerado compromisso com o

³ Doutor em economia pela Unicamp, membro da Plataforma de Política e do Grupo de Conjuntura do Departamento de Economia da UFES, articulista do Debates em Rede, e autor, entre outros, do livro “Uma pequena história da tributação e do federalismo fiscal no Brasil (1889-2016)”.



A pandemia da Covid-19 e as perspectivas para 2021

equilíbrio das contas públicas. Assim, mesmo neste quadro dramático de pandemia, provocaram uma mortandade de empresas destes segmentos e jogaram na rua uma legião de milhões de desempregados e de trabalhadores informais delas dependentes.

O aumento de 7,7% do PIB no terceiro trimestre deste ano divulgado pelo IBGE não pode ser visto como obra do governo ou de uma política econômica que criou condições para a economia ser recolocada nos trilhos da expansão. Deve ser creditada, antes, às pressões dos empresários e ao cansaço da população com o desastre econômico e social provocado pela pandemia, a qual só terminará com o surgimento e aprovação de uma vacina eficaz, e que, por isso, se dispôs a correr os riscos até mesmo apoiando a reabertura mais completa da atividade econômica, que vinha operando em uma base bastante deprimida, uma das razões que explica a retomada neste trimestre.

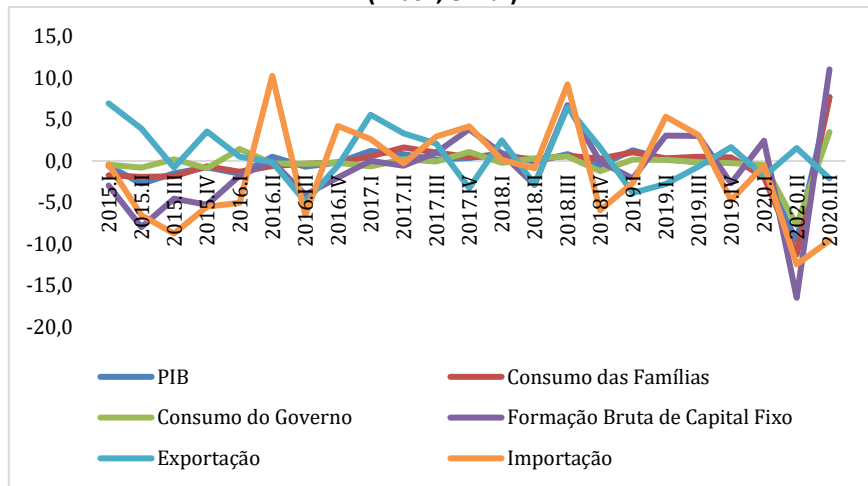
Sem perder tempo diante deste melhor resultado, bastante inferior, é bom que se diga, aos colhidos por outros países que deram início ao processo de recuperação econômica passada a primeira onda da pandemia, o ministro Paulo Guedes, que tem prometido o crescimento desde o seu primeiro dia de governo, recuperou seu otimismo afirmando, na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBTC) que “a economia deve pegar uma sequência de quatro a cinco anos de crescimento forte” e que “apenas os negacionistas ignoram a retomada rápida, na forma de “V” da economia brasileira após o choque da pandemia da Covid-19”.

Desde que assumiu o comando do ministério da Economia, o ministro Paulo Guedes tem prometido para a população o crescimento econômico que, até o momento, simplesmente não apareceu. A menos que ele se satisfaça, como se manifestou nessa palestra, em crescer um pouco mais do que aconteceu no período do governo Temer (2016-2018), cuja taxa mal superou o nível de 1% ao ano, o que é muito pouco para um país com 15 milhões de desempregados e mais de 30 milhões de trabalhadores subutilizados, sua profecia novamente não deve novamente se cumprir.

Pelo visto, o ministro apegou-se aos resultados do último trimestre e à crença, sem nenhuma fundamentação, de que eles vieram para ficar, sem atentar para os problemas da pandemia que estão retornando, nem para os que ela agravou. No primeiro caso, é nítido o recrudescimento do surgimento de novos casos de contaminação pelo vírus e de mortes, devido à reabertura mais ampla, desorganizada e caótica da economia no país, o que começa a colocar em movimento novas iniciativas em vários estados para o fechamento das atividades econômicas, com riscos de se retornar ao quadro anterior. No segundo, devido aos elevados gastos feitos pelo Estado, ainda que contrariando o pensamento econômico do ministro e de sua equipe, para salvar um pouco da economia e de vidas humanas, caso prevaleçam suas ideias, no período pós-pandemia, de que será necessário implementar um projeto de consolidação fiscal que é, pela sua natureza, de cunho recessivo, para reverter o crescimento da relação dívida/PIB que caminha para 100%, pode-se ter certeza de que não passará de uma miragem suas palavras de prometer um crescimento de 5% nos próximos cinco anos. Mais recomendável, por isso, é se preparar para mais um ano de muitas dificuldades e de sofrimento em 2021, apesar das vozes enganosas e desumanas de Bolsonaro e de sua trupe.

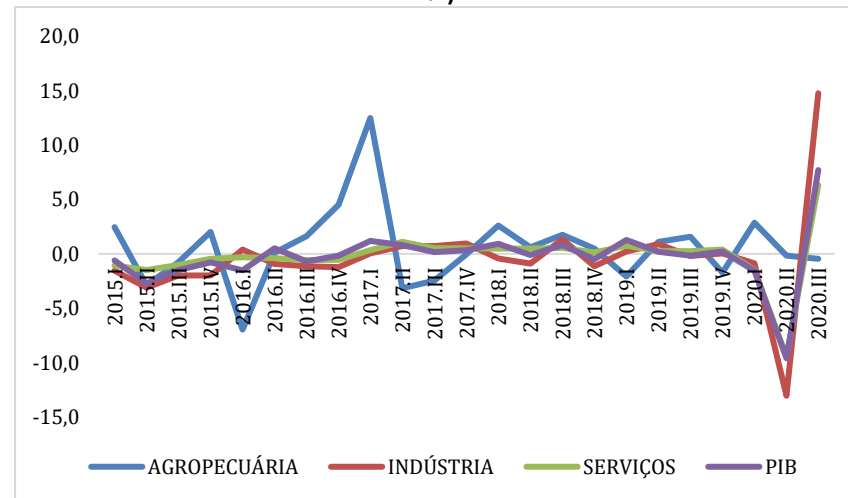
Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Gráfico 1.1: Crescimento do PIB, FBCF, Consumo do Governo e das Famílias (Brasil, em %)



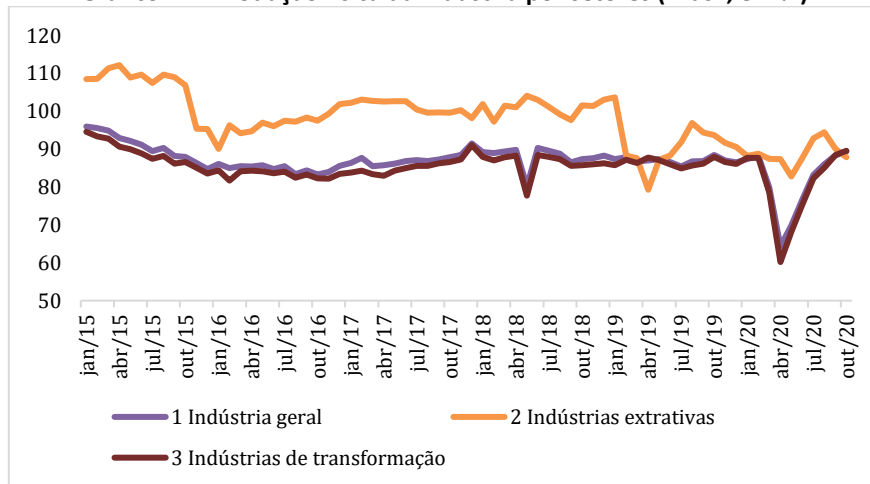
Fonte: IBGE

Gráfico 1.3: Crescimento do PIB, Agropecuária, Indústria e Serviços (Brasil, em %)



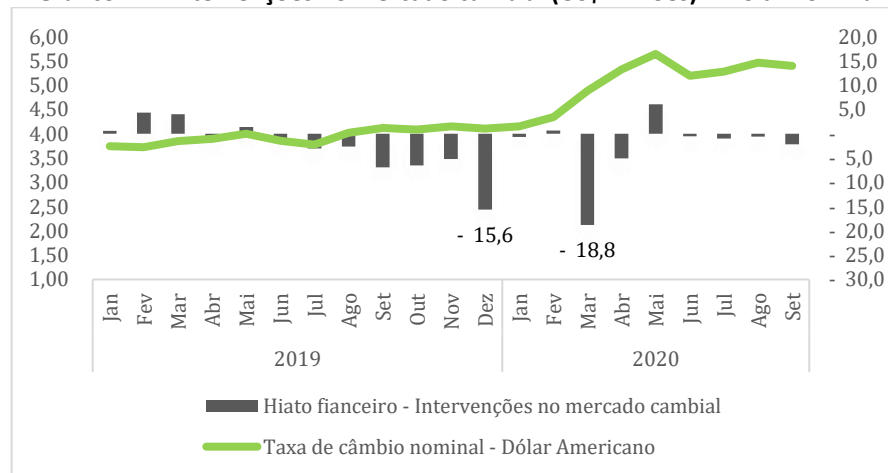
Fonte: IBGE

Gráfico 1.2: Produção física da indústria por setores (Brasil, em %)



Fonte: IBGE

Gráfico 1.4: Intervenções no mercado cambial (US\$ Bilhões) X Dólar nominal



Fonte: Banco Central e Funcex

Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.1: Balanço de Pagamentos - em milhões de dólares correntes

Discriminação - US\$ - janeiro a outubro	2019	2020	Varição
Transações correntes	-42 938	-7 588	-82,3%
Balança comercial (bens) - Balanço de Pagamentos	32 496	41 540	27,8%
Exportações de bens - Balanço de Pagamentos	189 496	174 773	-7,8%
Importações de bens - balanço de Pagamentos	157 000	133 233	-15,1%
Serviços	-29 246	-17 045	-41,7%
Renda primária	-47 295	-34 096	-27,9%
Renda secundária	1 106	2 013	81,9%
Conta capital	331	346	4,7%
Conta Financeira: Concessões líquidas (+) / Captações líquidas (-)	-45 747	-7 062	-84,6%
Investimento direto	-39 478	-46 762	18,5%
Investimentos diretos no exterior	18 137	-14 848	-
Investimentos diretos no país	57 615	31 914	-44,6%
Investimentos em carteira	17 078	28 354	66,0%
Investimentos em carteira – ativos	11 328	9 430	-16,8%
Investimentos em carteira – passivos	-5 749	-18 924	229,1%
Receitas	230 884	183 795	-20,4%
Despesas	236 633	202 719	-14,3%
Derivativos	1 077	5 688	428,1%
Outros investimentos	-11 227	17 892	-
Ativos de reserva	-13 197	-12 234	-7,3%
Erros e omissões	-3 139	180	-

Fonte: Banco Central

Gráfico 1.5: Posição Internacional de Investimentos

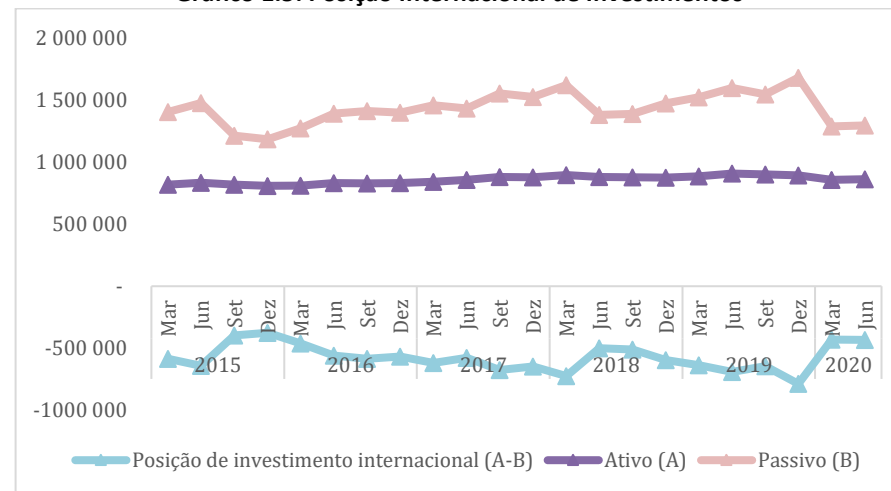


Tabela 1.2: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (em milhões R\$)

Discriminação	Jan/Out 2015	Jan/Out 2016	Jan/Out 2017	Jan/Out 2018	Jan/Out 2019	Jan/Out 2020
Dívida Bruta do Governo Geral	3 813 937	4 330 508	4 837 222	5 231 392	5 549 356	6 574 653
Dívida Líquida Total	1 972 514	2 722 940	3 298 565	3 642 499	3 961 847	4 435 610
Governo Federal	1 355 762	2 074 502	2 655 281	2 930 663	3 237 114	3 912 652
Governos estaduais	632 983	691 770	698 718	774 385	819 688	881 367
Dívida interna líquida	3 119 377	3 672 664	4 292 969	4 768 587	4 700 013	5 602 393
Dívida externa líquida	-1 146 863	-949 724	-994 405	-1 126 087	-738 166	-1 166 783

Fonte: Banco Central



Anexo Estatístico: Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

Tabela 1.3: Resultado Primário do Governo Central (R\$ Milhões correntes)

Discriminação	Jan/Set 2015	Jan/Set 2016	Jan/Set 2017	Jan/Set 2018	Jan/Set 2019	Jan/Set 2020	Var 19/20 (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	922.917,2	938.100,4	986.395,3	1.083.411,1	1.139.610,2	1.012.941,9	-13,7
I.1. Receita Administrada pela RFB	575.994,3	577.680,8	611.869,0	673.908,5	705.345,2	626.498,0	-13,7
I.2. Incentivos Fiscais	-10,6	-10,5	-19,6	-12,2	-47,8	-137,5	182,4
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	249.582,0	254.506,6	264.825,8	273.710,2	292.424,0	266.466,5	-11,5
I.4. Receitas não administradas pela RFB	97.351,5	105.923,5	109.720,1	135.804,5	141.888,8	120.115,0	-17,7
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	151.018,8	150.462,3	168.312,4	186.769,8	203.620,0	187.064,5	-10,7
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	771.898,4	787.638,1	818.082,9	896.641,3	935.990,2	825.877,4	-14,3
IV. DESPESA TOTAL	796.462,6	888.872,3	927.649,2	982.426,9	1.008.527,6	1.503.313,5	45,0
IV.1. Benefícios Previdenciários	303.836,8	367.157,0	406.243,8	428.825,2	457.682,4	509.206,2	8,3
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	170.656,4	181.528,5	207.630,3	216.848,9	227.261,8	233.354,8	-0,2
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	144.807,2	158.507,3	151.804,1	153.811,8	150.642,2	596.446,6	284,6
IV.4. Despesas Discricionárias (Todos Poderes)	177.162,1	181.679,6	161.971,0	182.940,9	172.941,3	164.305,9	-7,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	4.021,0	0,0	0,0	0,0
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III + V – IV)	-24.564,2	-101.234,2	-100.874,9	-81.764,6	-72.537,4	-677.436,1	815,6
VI.1 Resultado do Tesouro Nacional	-	-	-	73.855,0	93.101,9	-434.239,1	-
VI.2 Resultado do Banco Central	-	-	-	-504,0	-380,9	-457,3	17,7
VI.3 Resultado da Previdência Social	-	-	-	-155.115,0	-165.258,4	-242.739,7	43,2

Fonte: Banco Central



Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.1 - Saldo Crédito Pessoa Jurídica (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

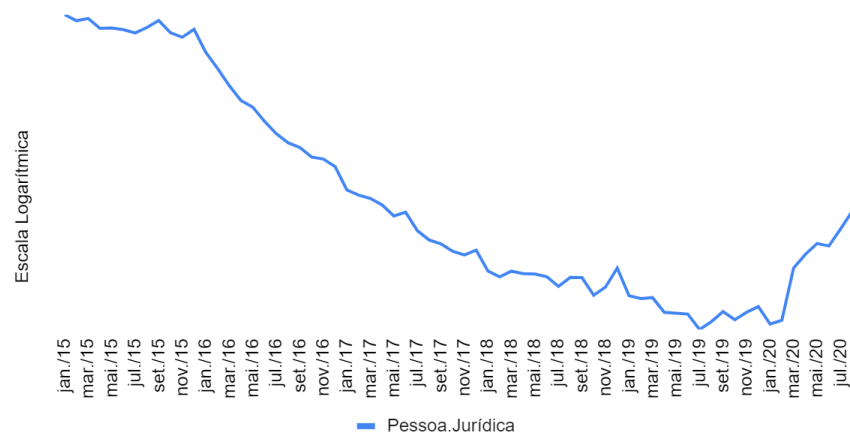


Gráfico 2.2 - Saldo Crédito Pessoa Física (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

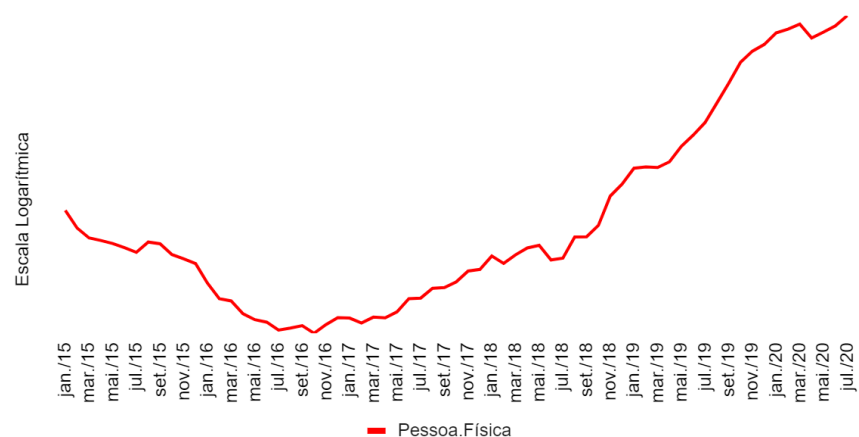


Gráfico 2.3 - Saldo Crédito Total (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

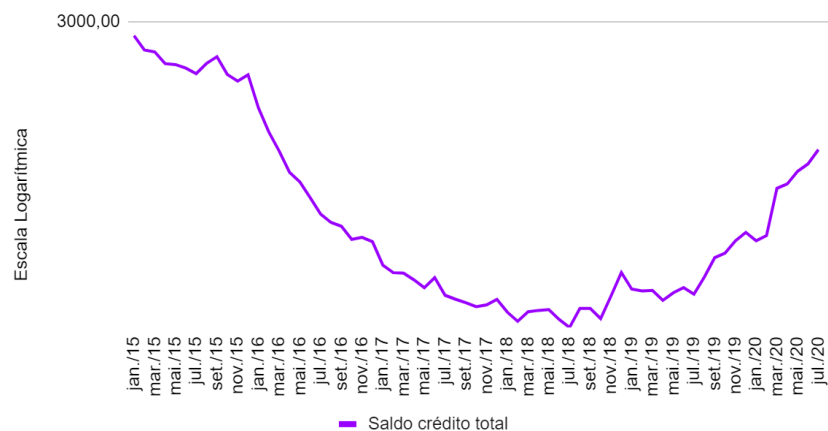
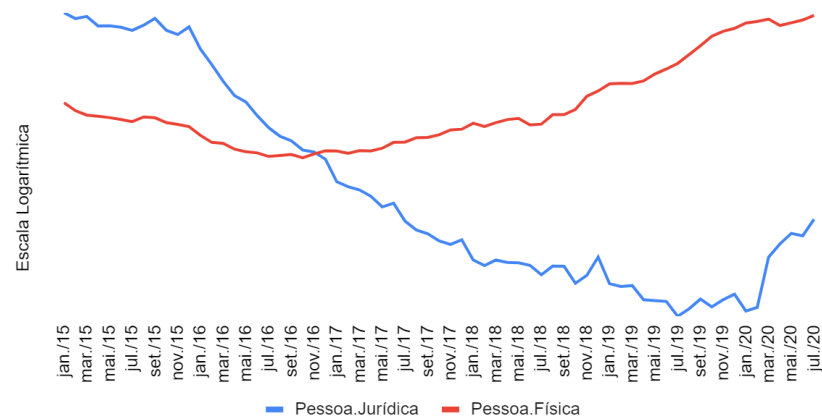


Gráfico 2.4 - Saldo Crédito: PJ x PF (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.5 - Saldo Crédito Total - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

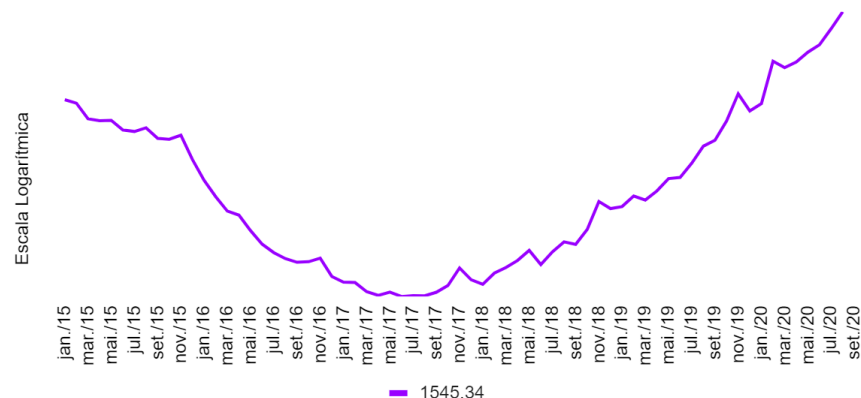


Gráfico 2.6 - Saldo Crédito Pessoa Jurídica - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

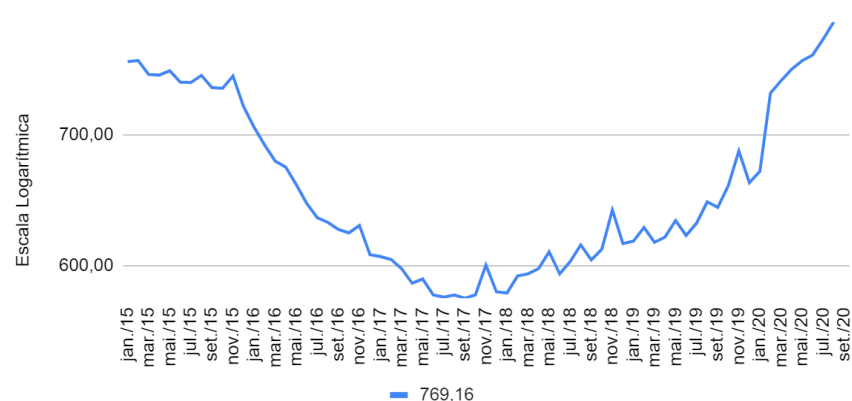


Gráfico 2.7 - Saldo Crédito Pessoa Física - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

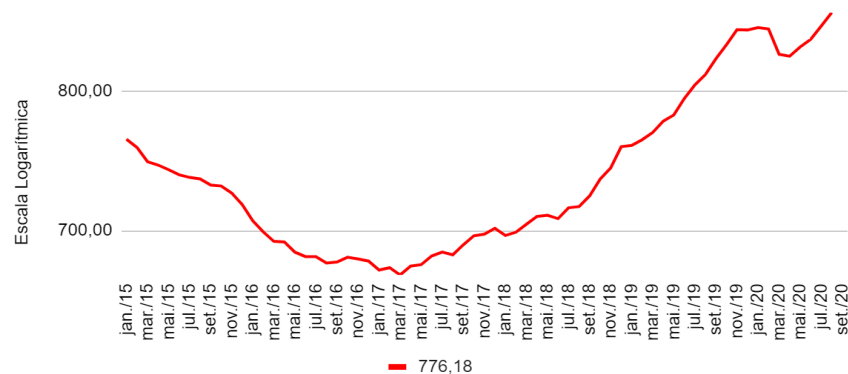
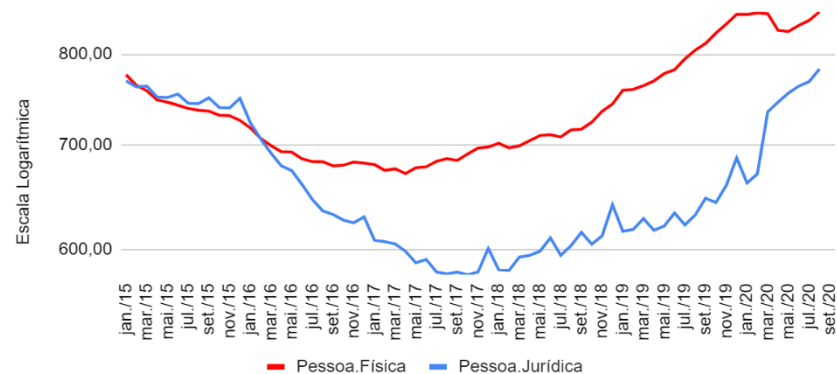


Gráfico 2.8 - Saldo Crédito PJ X PF - Recursos Livres (R\$ Bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: jan/2015)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.9 - Saldo Crédito Total - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

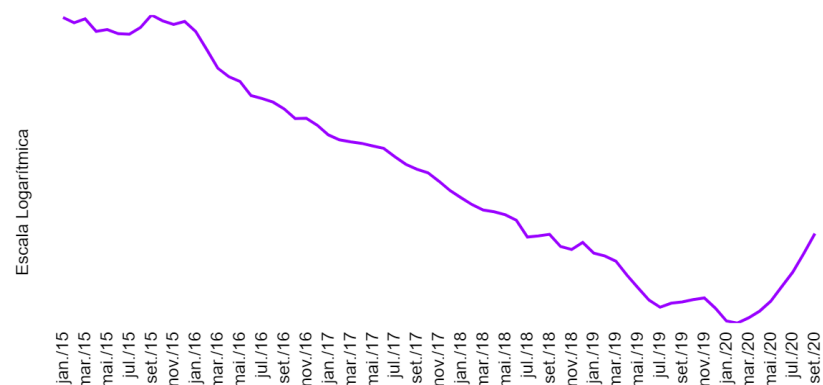


Gráfico 2.10 - Saldo Crédito PJ - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

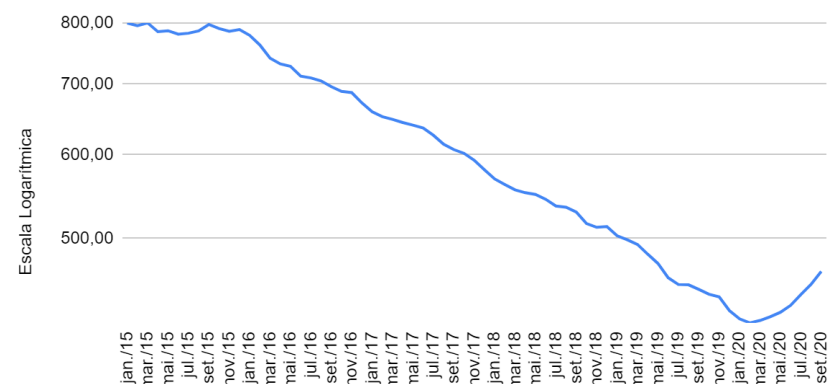


Gráfico 2.11 - Saldo Crédito PF - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)

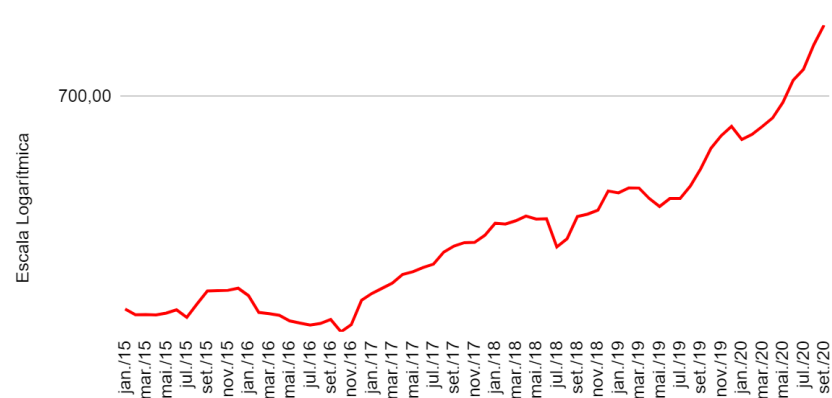
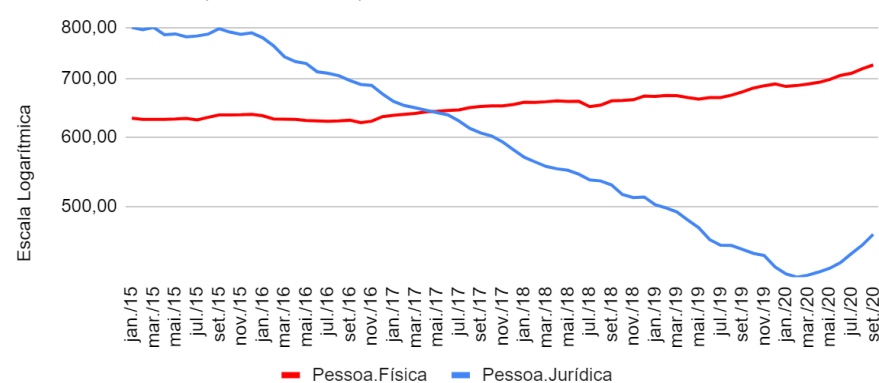


Gráfico 2.12 - Saldo Crédito: PJ x PF - Recursos Direcionados (R\$ bilhões)

Deflacionado IPCA (Base: Jan/2015)





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.13 - Média da Taxa de Juros de Aplicação (% a.a.)

Concessões de Crédito

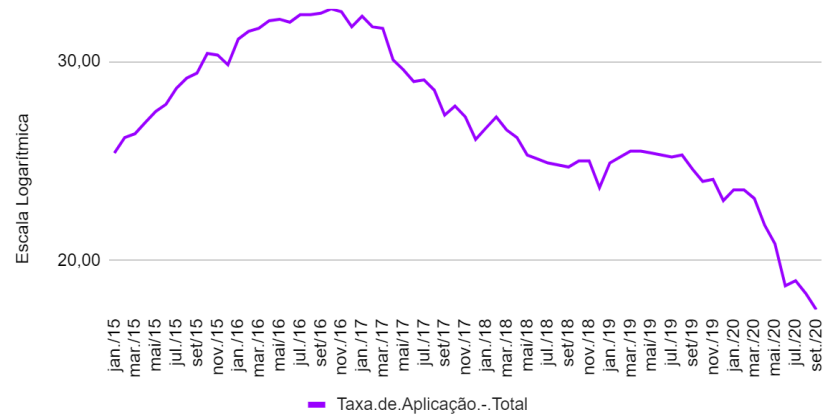


Gráfico 2.14 - Média da Taxa de Juros de Captação (% a.a.)

Concessão de Crédito

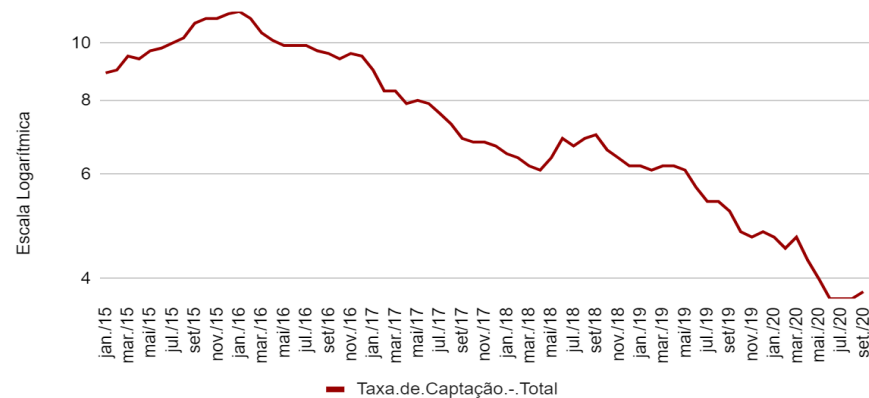


Gráfico 2.15 - Spread Médio (p.p.)

Concessões de Crédito

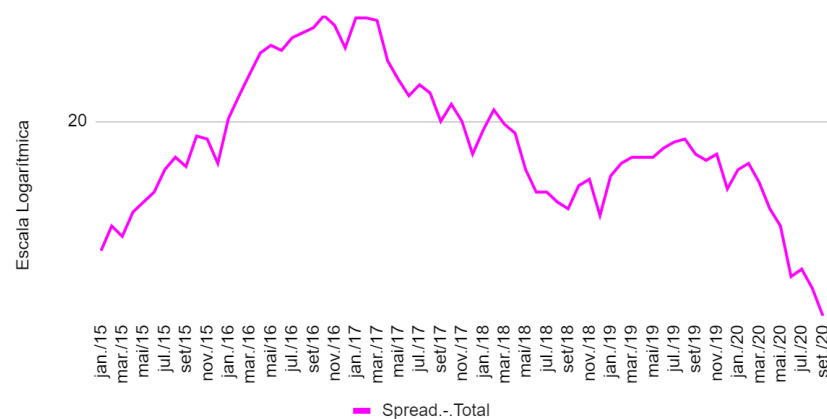
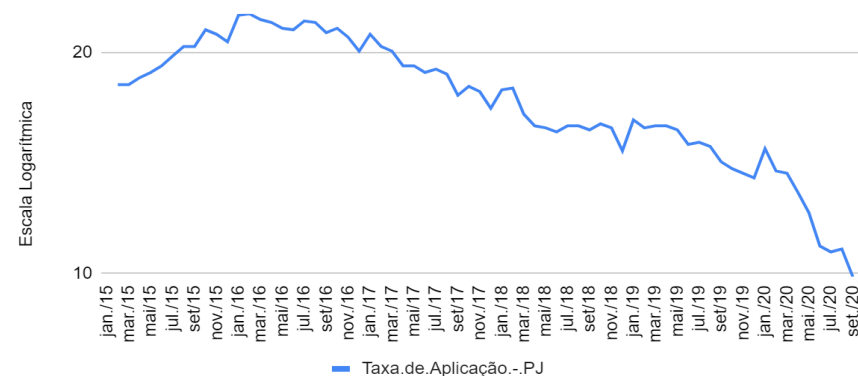


Gráfico 2.16 - Média da Taxa de Juros de Aplicação - PJ (% a.a.)

Concessões de Crédito





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.17 - Média da Taxa de Juros de Captação - PJ (% a.a.)

Concessões de Crédito

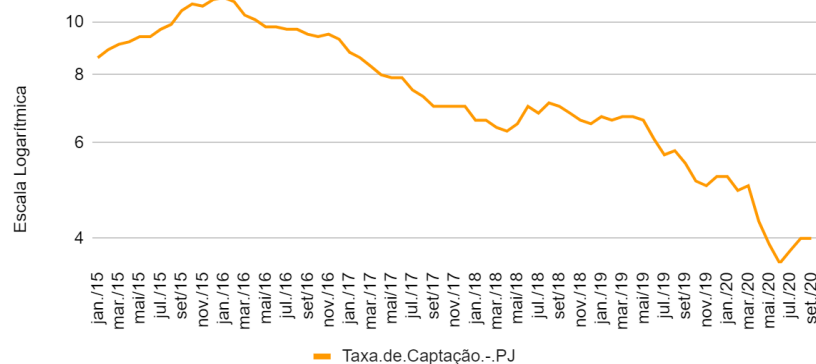


Gráfico 2.18 - Spread Médio - PJ (p.p.)

Concessões de Crédito

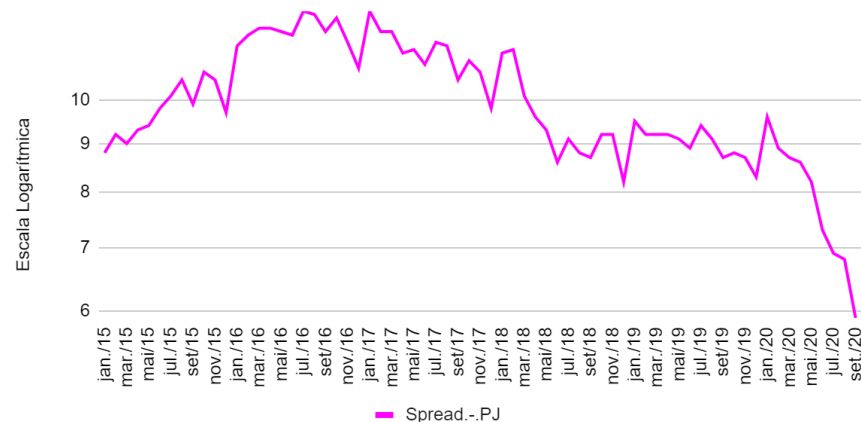


Gráfico 2.19 - Média Taxa de Juros de Aplicação - PF (% a.a.)

Concessões de Crédito

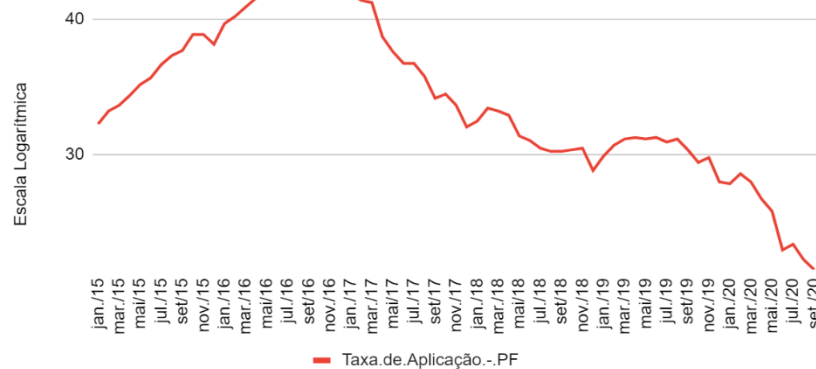
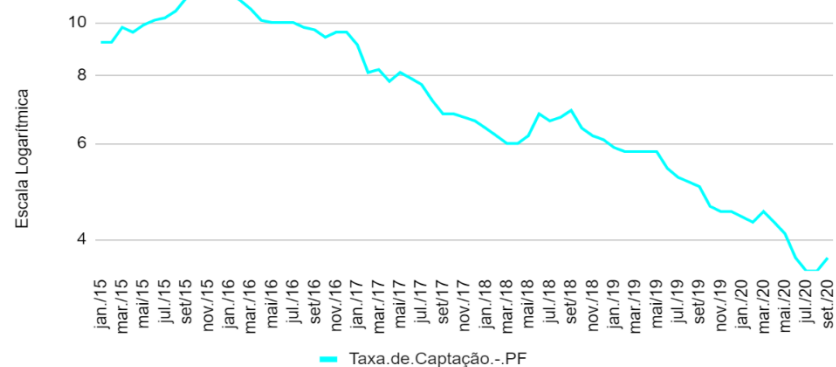


Gráfico 2.20 - Média Taxa de Juros de Captação - PF (% a.a.)

Concessões de Crédito





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.21 - Spread Médio (p.p.)

Concessões de Crédito

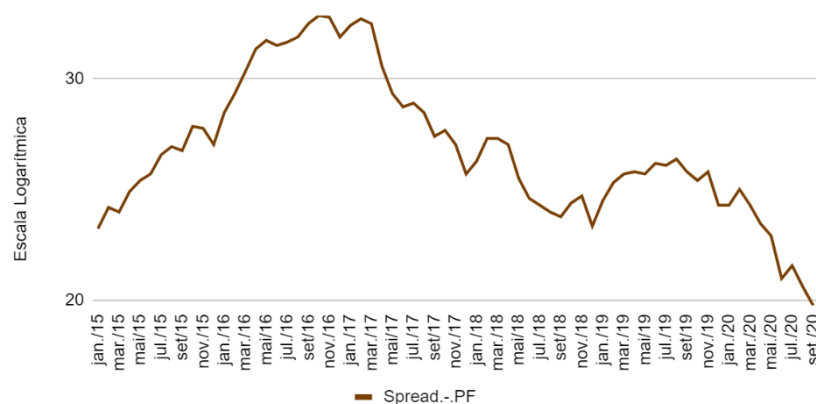


Gráfico 2.22 - Proporção dos Depósitos de Poupança e Títulos Privados do SFN no M4

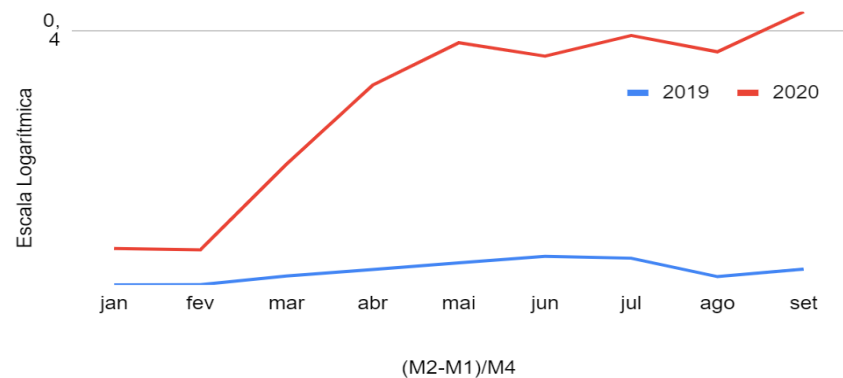


Gráfico 2.24 - Proporção dos Depósitos de Poupança e Títulos Privados do SFN no M4

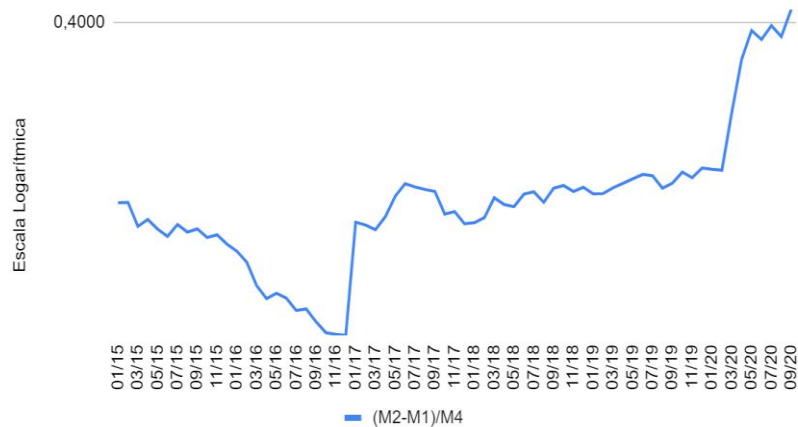
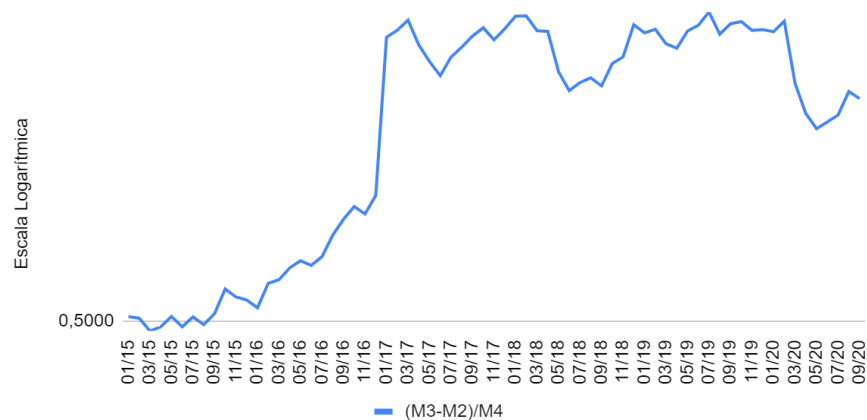


Gráfico 2.25 - Proporção dos Fundos e Operações Compromissadas no M4





Anexo Estatístico: Política Monetária e Inflação

Gráfico 2.26 - Componentes da BM (jan/2019 - set/2020)

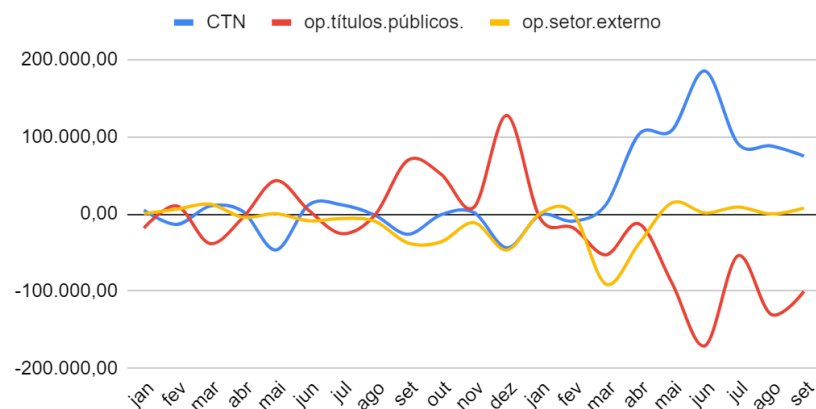


Gráfico 2.27 - Evolução da Taxa Selic (% a.a.)

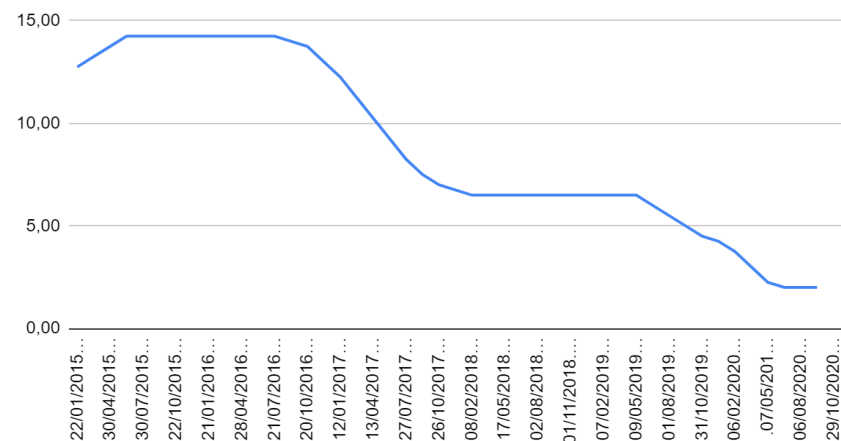


Gráfico 2.28 - Taxa de Juros Implícita - DLSP (% a.a.)

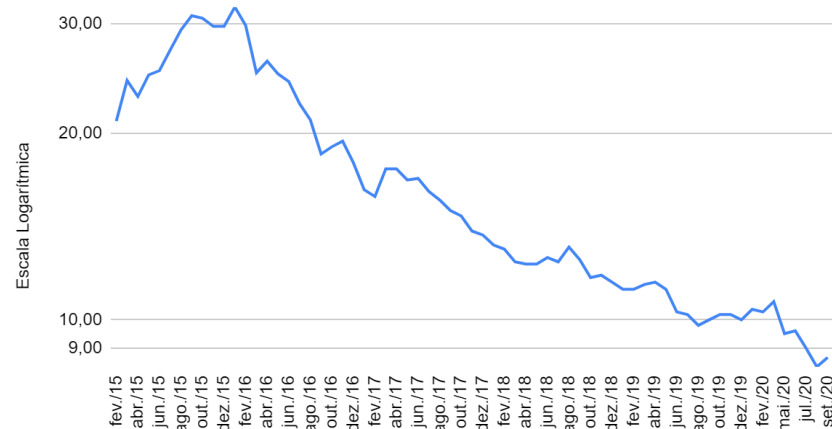
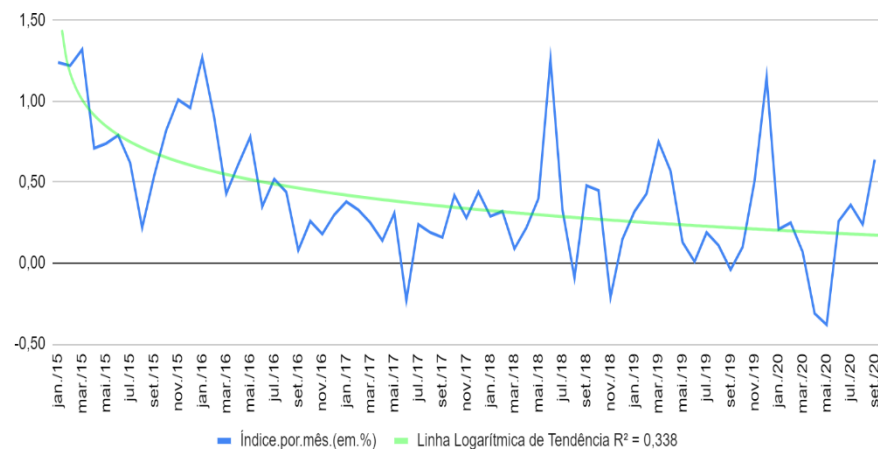


Gráfico 2.29 - IPCA Mensal (%)





Anexo Estatístico: Empregos e Salários

Gráfico 3.1: População na força de trabalho (Brasil, em mil)

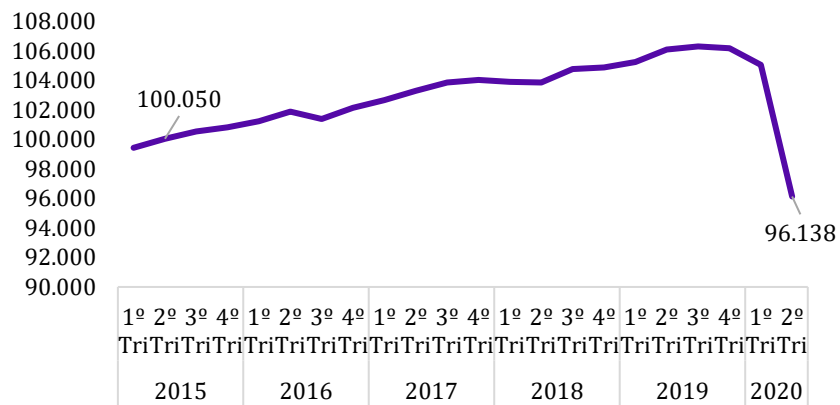


Gráfico 3.2: População fora da força de trabalho (Brasil, em mil)

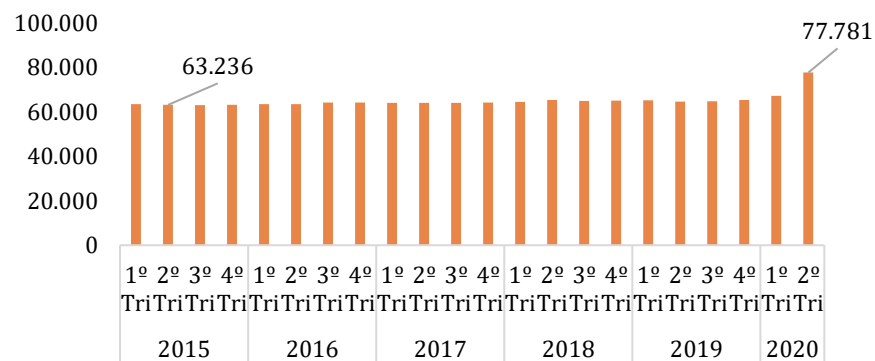


Gráfico 3.3: População ocupada (em mil)

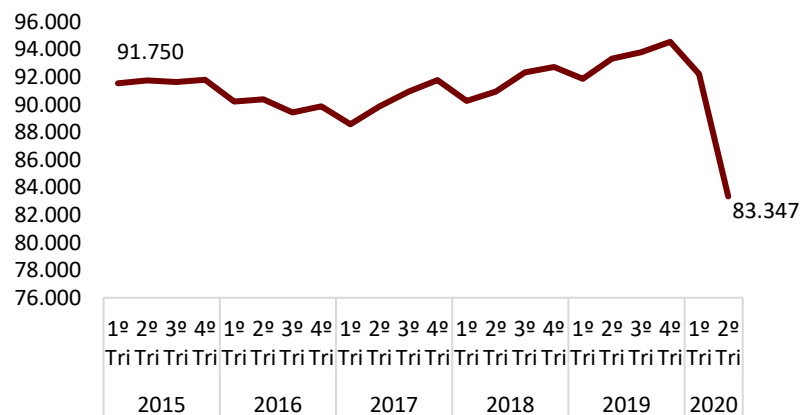
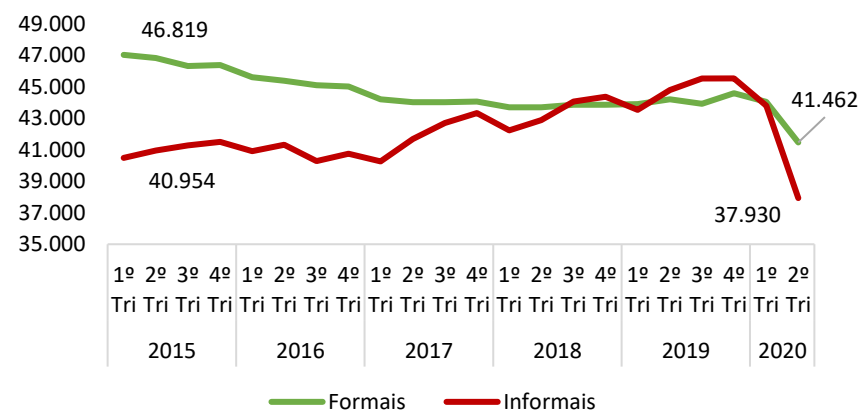


Gráfico 3.4: Posição na ocupação agregada (Brasil, em mil)





Anexo Estatístico: Empregos e Salários

Gráfico 3.5: Força de trabalho potencial (Brasil, em mil)

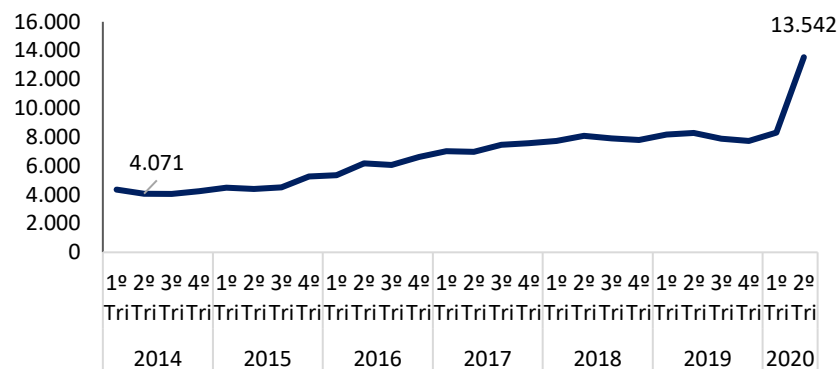


Gráfico 3.6: Taxa população desocupada (Brasil, em %)

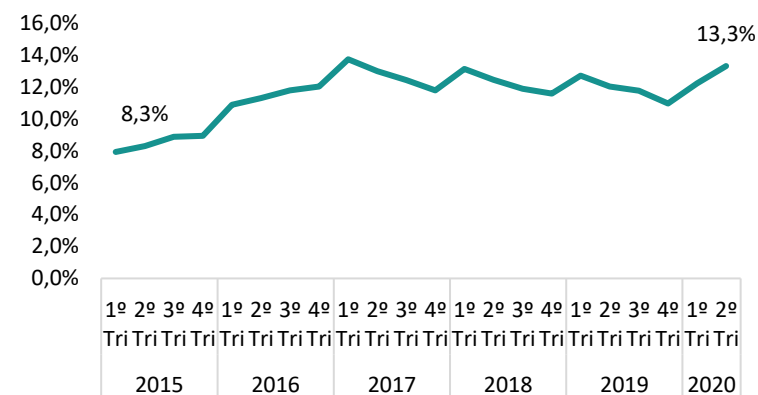
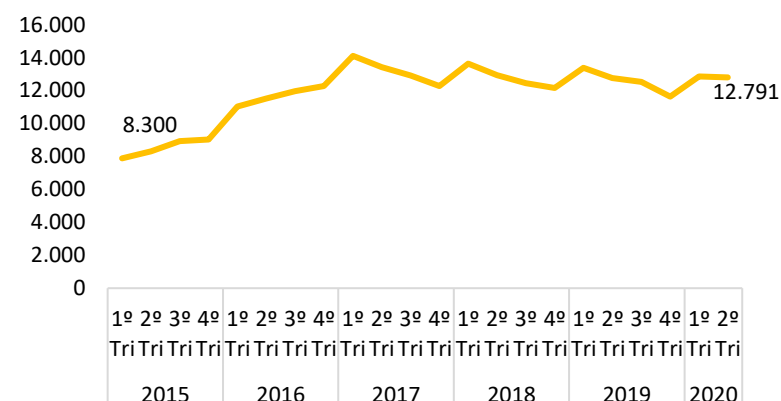


Tabela 3.1: INFORMAL - Variação trimestral posição na ocupação desagregada (Brasil, em %)

Trimestres	Empregado no setor privado sem carteira	Trabalhador doméstico sem carteira	Empregado no setor público sem carteira	Conta-própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total Informal
1ºT2020~2ºT2020	-21,63%	-23,74%	5,17%	-10,33%	-3,97%	-13,39%
2ºT2019~2ºT2020	-24,88%	-26,21%	0,04%	-10,26%	-15,52%	-15,30%
2ºT2018~2ºT2019	5,17%	2,17%	0,16%	5,03%	3,57%	4,42%
2ºT2017~2ºT2018	3,51%	3,82%	5,63%	2,58%	-1,57%	2,90%
2ºT2016~2ºT2017	5,40%	1,91%	4,54%	-1,74%	2,08%	0,89%
2ºT2015~2ºT2016	0,19%	1,92%	-0,98%	3,92%	-21,45%	0,87%
2ºT2014~2ºT2015	-2,42%	-0,37%	1,63%	4,71%	2,20%	2,04%

Gráfico 3.7: População desocupada (em mil)





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CONJUNTURA

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
CEP: 29075-910 – Tel: (27) 4009-2605

<https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/>
<https://www.instagram.com/conjunturaufes/>
<https://www.facebook.com/conjunturaufes>
<https://twitter.com/ConjunturaU?s=20>

COORDENAÇÃO GERAL: Prof. Dr. Vinícius Vieira Pereira.

COORDENAÇÃO DE ÁREAS: Dra. Ana Paula Fregnani Colombi (Empregos e Salários), Dr. Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo), Dr. Henrique Pereira Braga (Política Monetária e Inflação), Dr. Rafael Moraes (Empregos e Salários), Dr. Vinícius Vieira Pereira (Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo).

ELABORAÇÃO DO ITEM POLÍTICA ECONÔMICA: Dr. Fabrício Augusto de Oliveira.

ESTUDANTES QUE ELABORARAM OS ITENS EM DESTAQUE:

Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo: Afonso Eugênio Favarato Battisti, Gabriel dos Santos Cavatti, Isabela Heloísa Ribeiro, Isabelly Passos, Letícia Bastos de Aguiar, Lorena Duarte, Maya Pavan, Matheus Maia, Paulo Octavio da Silva G, Plínio Natalino Silva;

Política Monetária e Inflação: Bruno Jesus, Daniela Silva, Gabriel Dias, Isadora Faé, Paulo Giovani M. da Cunha;

Empregos e Salários: Amanda Cristaldo, Gisele Paiva Furieri, Luiz Carlos Santos de Jesus, Luiza Gilberti Borghi, Otávio Luís Barbosa, Patricia Specimille, Ruth Stein.

Divulgação: Luiz Carlos Santos de Jesus